

AO GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES MT
Secretaria Adjunta de Aquisições e Finanças
Ilma. Srta. Ideuzete Maria da Silva

DD. Pregoeira

Ref. Pregão Eletrônico n. 24/2019

Processo Administrativo – 316611/2019

PRÓ-ATIVO GESTÃO DA SAÚDE E CLÍNICA MÉDICA LTDA. -

ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.921.343/0001-04, com endereço na Rua Alcidio Viana, 916 – sala 605, CEP 83.005-560, São Jose dos Pinhais, Paraná localizada no seguinte endereço eletrônico: proativo@proativo.med.br, por intermédio de seu representante legal abaixo subscrito, vem perante Vossa Senhoria, apresentar:

RECURSO contra decisão que CLASSIFICOU A PROPOSTA apresentada pela empresa **VIDA GOIÁS UTI MOVEL LTDA.**, no Pregão Eletrônico n. 24/2019, no lote **LOTE 01**, cujo objeto é:

DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a “**contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos para atendimento pré-hospitalar móvel de Urgência e Emergência, para atender a demanda do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, em regime de plantão sucessivos de 12h no período diurno e noturno**”, conforme detalhamentos, especificações e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

tendo em vista as irregularidades dos documentos apresentados pela empresa **VIDA GOIÁS UTI MÓVEL LTDA**, no certame em

desconformidade ao exigido no edital de licitação, e pelas razões de fato e direito que passa a aduzir, e requer a reforma da decisão do Pregoeiro, para *DESCCLASSIFICAR a PROPOSTA* apresentada pela licitante, *INABILITANDO-A*, requerendo, desde já, a remessa à autoridade superior competente para nova apreciação e julgamento.

DOS FATOS

A presente licitação realizada em 11 de outubro de 2019 e teve por objeto a Contratação de pessoa jurídica, prestadora de serviços de contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos para atendimento pré-hospitalar móvel de Urgência e Emergência, para atender a demanda do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, conforme especificações contidas no Anexo 01 do Termo de Referência Edital de Licitação.

Inicialmente, cabe asseverar que, embora a empresa VIDA GOIAS UTI MOVEL LTDA., tenha sido habilitada, por ocasião do julgamento exarado pela DD. Pregoeira e equipe de apoio, constatou-se divergências entre as exigências editalícias e os documentos apresentados pela referida empresa no momento da sua apresentação no certame, no momento da apresentação da proposta, e na sua habilitação.

Irresignado com a decisão de CLASSIFICAÇÃO e de HABILITAÇÃO da Empresa VIDA GOIAS UTI MOVEL LTDA., pela Srta Pregoeira, manifestou tempestivamente o representante da empresa PRO ATIVO GESTÃO DE SAÚDE o interesse em interpor recurso contra a decisão da Pregoeira pela irregularidade nos documentos apresentados pela Licitante, quanto à proposta de preços e quanto aos documentos de habilitação.

Ora, tal decisão de CLASSIFICAÇÃO da proposta e habilitação da Licitante, mostra-se eivada de vício pois está em desconformidade

com o Edital, e com diversas irregularidades, e portanto, prejudicial ao interesse público, que arcará com os prejuízos advindos deste procedimento licitatório anulável, o que acarretará em responsabilizações, além de novos custos para a elaboração de um novo edital licitatório, e de atraso no recebimento do objeto, motivo pelo qual requer-se a reforma da decisão.

RAZÕES DE RECURSO

DOS FATOS

A lei 8.666/1993, que promove a diretriz das licitações declara que a Administração está vinculada ao Ato convocatório e suas alterações, bem como declara que deverá ser preservada a isonomia no procedimento entre os licitantes. Ressalte-se que a Administração está adstrita aos termos do Edital, que é o mecanismo público que possibilita a isonomia entre as partes e traça as diretrizes do procedimento. À Administração não é facultada a interpretação subjetiva dos termos do Edital de modo a alterar suas exigências, conforme artigo 41, da Lei 8.666/1993, estando adstrita aos termos do Edital.

Como bem se sabe, os procedimentos licitatórios realizam-se mediante a fixação de regras e exigências nos respectivos instrumentos convocatórios. Ocorre que toda exigência estabelecida pela Administração deve ser consoante às disposições legais aplicáveis, em especial à Lei de Licitações.

Nesse compasso, traz-se à luz os princípios basilares que devem ser observados pelos agentes públicos quando da realização de certames licitatórios:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os

princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Fica claro a partir do comando legal *supra* que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório constitui um dos vetores principiológicos a ser observado no desenvolvimento das licitações. Nesse compasso, traz-se à baila referência feita ao mencionado princípio pela doutrina:

"Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)" (grifo nosso).

A vinculação ao instrumento convocatório cumpre triplo objetivo. De um lado, aferra a Administração ao Direito, na medida e em que a sujeita ao respeito de seus próprios atos. De outro, impede a criação de etapas *ad hoc* ou a eleição, depois de iniciado o procedimento, de critérios de habilitação ou julgamento destinados a privilegiar licitantes. Por fim, evita surpresas para estes, que podem formular suas propostas com inteira ciência do que deles pretende o licitador. Após o início da licitação, a única surpresa para os licitantes deve ser quanto ao conteúdo das propostas de seus concorrentes.

Nesse contexto, as exigências editalícias visam à comprovação e aferição das condições, de qualificação da proposta e de habilitação de forma isonômica para aferir a melhor proposta para a Administração.

1) DA INADEQUAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA.

O Edital do Pregão nº 24/2019, apresentava as seguintes exigências para atendimento da capacidade técnica, exigidos através de Atestados, com os seguintes requisitos:

10.1.4 Relativos à Qualificação Técnica.

10.1.4.1 As empresas participantes deste pregão comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar **atestado(s)** de capacidade técnica, pertinente e compatível(is) com o objeto desta licitação, podendo o(s) mesmo(s) ser(em) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado caso o(s) atestado(s) seja(m) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, deverá(ão) **preferencialmente** ser(em) apresentado(s) com firma reconhecida em cartório; terá que:

a.1) Contemplar serviços médicos para atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência.

a.2) Compatível em quantidades e prazos, os atestados que comprovem a experiência satisfatória na soma de todos os plantões de serviços médicos, atendendo a um dos seguintes quantitativos (condições alternativas e não cumulativas):

a.2.1) Atestados que comprovem já ter executado, no mínimo, 30% do quantitativo anual de plantões, previsto para o(s) lote(s) o (qual) a licitante irá(ão) participar dentro do prazo máximo de 12 (doze) meses. Será permitida a soma de atestados desde que todos se refiram ao intervalo ininterrupto de 12 (doze) meses;

a.2.2) Atestados que comprovem a execução mensal e contínua de, no mínimo, 30% do quantitativo mensal de plantões, previsto para o(s) lote(s) o (qual) a licitante irá(ão) participar por, pelo menos, trinta dias ininterruptos. Será permitida a soma de atestados desde que todos se refiram ao intervalo ininterrupto dos mesmos trinta dias.

a.3) Considerando a Resolução CFM n 2.077/2014, Anexo I, nos itens 3, 4, 5, 6 e 7.

[Assinatura]

Para atendimento da exigência editalícia do item 10.1.4.1 a empresa VIDA GOIAS UTI MOVEI LTDA, apresentou um atestado de capacidade técnica emitido pela Organização Social – INSTITUTO SOCRATES GUANAES – ISG, e um atestado emitido pelo INSTITUTO DE GESTÃO e HUMANIZAÇÃO IGH, sendo que ambos os atestados não são aptos para a comprovação técnica exigida no edital, conforme se demonstrará a:

1.1 – DO ATESTADO FORNECIDO PELO INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG

Foi apresentado o seguinte atestado emitido pelo ISG



ISG

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG (Contratante). Organização Social pelo Estado de Goiás/GO inscritos no CNPJ 03.969.808/0008-46 na Avenida Veneza, Qd. 62 Lt. 1-10 Jardim Europa, Goiânia - Goiás, CEP 74.325-100, Goiânia, Goiás e CNPJ sob nº 03.969.808/0003-31 na Av. Olinda nº 960, Qd. H4, Lt. 13 Bairro Lot. Park Lozandes, Goiânia/GO - GO | CEP 74.884-120, **DECLARA** para os devidos fins que se fizerem necessários que a empresa **VIDA GOIÁS UTI MÓVEL LTDA (Contratada)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.771.811/0001-51, com sede à Rua T-55, nº 1.045, Qd. 108, Lt. 20, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP 74.215-170, na qual figura como Responsável Técnico o Dr. Sérgio Humberto Safatle, CRM/GO Nº 4718, mantém Contrato de Prestação de Serviços vigente com a Contratante acima qualificada da seguinte forma:

Contrato Nº	Data Contratação	Vigência	Qtde Meses do Contrato
030/2014 - HDT	17/09/2014	Finalizado	60
028/2019 - HDT	28/06/2019	Vigente	04
014/2017 - CS	07/02/2017	Vigente	32

ATIVIDADE EXERCIDA:

Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Urgência e Emergência em " 03 (três) unidades USA - Tipo D - Suporte Avançado " com disponibilidade de 03 (três) profissionais médicos em regime de plantão de 12 / horas diurno e 03 (três) profissionais médicos em regime de plantão de 12 / horas noturno, 365 dias por ano inclusive domingos e feriados, o que equivale a 180 plantões/mês, **Totalizando 2.160 plantões/ano.**

Local da Prestação dos Serviços:

HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS DR. ANAUR AUAD - HDT (Goiânia/GO)

CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLOGANDA E CASA DE SAÚDE CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE - CEAP-SOL (Goiânia/GO)

Atestamos ainda que os serviços foram prestados de forma satisfatória não tendo ocorrido nenhum fato em nossos registros que desabone sua conduta e responsabilidade em relação às tarefas assumidas

Goiânia, 08 de outubro de 2019.

Antônio Jorge de A. Maciel
Gerente Administrativo
Instituto Socrates Guanaes

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES
Contratante

Antônio Jorge de A. Maciel
Gerente Administrativo
Proativo

a) Da ausência de competência para a representatividade da emitente

Preliminarmente observe-se que o Atestado é emitido declarando como emitente o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, organização social, porém com dois CNPJ específico pois tratam-se de filiais distintas da organização social:

- a) A filial do ISG com CNPJ/MF 03.969.808/0003-31 é titular do contrato firmado entre a emitente e a empresa UTI VIDA GOIAS LTDA, junto aos serviços prestados no Hospital Estadual de Doenças Tropicais, conforme se verifica no documento apresentado pela licitante – Contrato nº 03/2014
- b) A filial do ISG com CNPJ/MF 03.969.808/0008-46 é titular do contrato firmado entre a emitente e a empresa UTI VIDA GOIAS LTDA, junto aos serviços prestados no Centro Estadual de Saúde e Atenção Prolongada, - Condomínio Solidariedade, conforme se verifica no documento apresentado pela licitante – Contrato nº 017/2017

Tratam-se de entidades com personalidade jurídica distinta, cuja representação jurídica, comercial e administrativa se regulam, pelos seus próprios regimentos internos.

Em consulta aos portais de transparência da Organização social, com endereços eletrônicos:

Hospital Estadual:

<http://www.osstransparencia.saude.go.gov.br/oss/hdt-hospital-estadual-de-doencas-tropicais-dr-anuar-aquad-isg/>

Condomínio Solidariedade:

<http://www.osstransparencia.saude.go.gov.br/oss/ceap-sol-centro-estadual-de-atencao-prolongada-e-casa-de-apoio-condominio-solidariedade-isg/>

Observa-se que o Estatuto Social da Organização (anexo) em seu artigo 37, alínea "b", estabelece a competência para representação civil e judicial em qualquer esfera de qualquer unidade (filial) para o Diretor-Presidente:

b) ao Diretor-Presidente caberá:

I – administrar o ISG e representá-lo, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

II - presidir as reuniões da Diretoria;

III - coordenar as atividades dos demais Diretores;

IV - verificar o cumprimento das normas aprovadas pelo Conselho de Administração para os diversos serviços do ISG;

V - acompanhar e validar as atividades de relações públicas do ISG;

VI - assinar, como representante legal do ISG, convênios, contratos e outras avenças com entidades congêneres, ou não, e com entes federativos, independente da esfera governamental

VII - manter a Diretoria plenamente informada sobre as atividades relativas às suas atribuições;

VII - elaborar e encaminhar para aprovação pelo Conselho de Administração, os relatórios gerenciais e de atividades da Entidade.

VIII - participar das reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto.

Porém, observa-se no Portal da Transparência das unidades filiais do Instituto que a competência para a representação das unidades Condomínio Solidariedade (CNPJ 03.969.808/0008.46) e Hospital Estadual de Doenças Tropicais (CNPJ 03.969.808/0003.31) são distintas.

Respondem pelo Hospital Estadual de doenças tropicais como Diretores :



INSTITUTO SOCRATES GUANAES

Unidade	Nome do Dirigente	Cargo	Telefone	E-mail
HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	MOISES DOS SANTOS WANDERLEY	Diretor Geral	3201 - 3663	moises.wanderley.hdt@sgsaude.org
HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	MARINA MASCARENHAS RORIZ PEDROS	Diretor Técnico (a)	3201 - 3622	marina.pedrosa.hdt@sgsaude.org
HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	MARILIA DALVA TURCHI	Diretor de Ensino e Pesquisa	3201 - 3699	dcp.hdt@sgsaude.org

E pelo Condomínio solidariedade apenas tem capacidade jurídica de representação a Sra:



Unidade	Nome do Dirigente	Cargo	Telefone	E-mail
CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE	ANALZIRA NOBRE DA COSTA	Diretor Técnico (a)	3201-4294	analiza.nobre@lbg.org.br

Fonte: Gestão de Pessoas - Instituto Sócrates Guimarães - LSG
Competência: Agosto 2019

Diante da normativa jurídica e do estatuto da Organização Social, resta claro, que o Atestado não foi assinado por pessoa juridicamente competente para a representação da instituição, não tendo assim, validade jurídica pela ausência de capacidade de representação da pessoa que assinou o documento.

Saliente-se ainda que, tratando-se de pessoas jurídicas distintas, o Atestado deveria ser assinado pelo Diretor Geral ou Diretores Técnicos de cada unidade filial respectiva (hospital estadual e condomínio solidariedade) conforme regimento interno e Estatuto da Organização Social.

O citado atestado portanto, resta inapto pelo vício de representação jurídica válida do representante do emitente, não podendo assim, ser aceito para fins desta licitação.

Ultrapassada a nulidade por ausência de capacidade de representação válida do emitente, melhor sorte não assiste à licitante, quanto a incompatibilidade do teor do objeto do atestado e as exigências do Edital.

c) Incompatibilidade com o Objeto

O Edital estabelece as exigências para os atestados de capacidade técnica em seu item 10.1.4, assim estabelecido quanto à natureza do servido prestado:

a) A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar **atestado(s)** de capacidade técnica, pertinente e compatível(is) com o objeto desta licitação, podendo o(s) mesmo(s) ser(em) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado caso o(s) atestado(s) seja(m) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, deverá(ão) **preferencialmente** ser(em) apresentado(s) com firma reconhecida em cartório; terá que:

a.1) Contemplar serviços médicos para atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência.

a.3) Considerando a Resolução CFM n 2.077/2014, Anexo I, nos itens 3, 4, 5, 6 e 7.

O atestado apresentado emitido pelo Instituto Sócrates Guanaes – ISG, faz menção de que o atestado foi emitido com relação aos serviços prestados nos Contratos n. 030/2014; 028/2019 e 014/2017. O Atestado traz a declaração referência ainda ao objeto como atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e emergência em 03 (três) unidades USA tipo D de suporte avançado.

Porém a declaração apresentada não é compatível com os serviços realizados no Contratos citados.

Da observação do Contrato n. 030/2014, apresentado pela licitante, em diligência resta comprovado no item 1.1.0 que os serviços objetos do contrato são de transporte de pacientes, e não atendimento pré-hospitalar.

[Assinatura]

1.1.0 presente contrato tem por objeto a contratação de empresa terceirizada (interposta), especializada para prestação de serviço especializada em transporte de pacientes e de hemoderivados para o Hospital de Doenças Tropicais de Goiânia HDT/ISG.

1.2.0 escopo do contrato abrange a execução dos serviços e obrigações abaixo elencados:

- a) Levar as solicitações de hemoderivados e de amostras de sangue para testes pré-transfusionais, bem como retornar com as bolsas específicas solicitadas;
- b) Transportar paciente, adulto ou pediátrico, que tenha necessidade de exames especializados em outras unidades, acompanhando a realização dos exames e transportando o paciente para a unidade de origem;
- c) Transportar pacientes para consultas com especialistas aguardando sua realização e transportando-o novamente para a unidade de origem;
- d) Transportar paciente referenciado ou contra-referenciado para outras unidades de saúde conforme regulação prévia;

Da mesma forma estabelece o objeto do Contrato n. 014/2017, nos itens 1.1 e 2.1.12, referindo-se apenas a "transporte" de pacientes, não há serviços de pré-atendimento de urgência e emergência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa terceirizada especializada em prestação de serviços de transporte terrestre e inter-hospitalar de pacientes e de hemoderivados, em atendimento às demandas do Condomínio Solidariedade – CS/ISG

2.1.12. Os transportes solicitados objetivarão as seguintes situações:

- a) Transportar paciente, adulto ou pediátrico, que tenha necessidade de exames especializados em outras unidades, acompanhando a realização dos exames e transportando o paciente para a unidade de origem;
- b) Transportar pacientes para consultas com especialistas aguardando sua realização e transportando-o novamente para a unidade de origem;
- c) Transportar paciente referenciado ou contra referenciado para outras unidades de saúde conforme regulação prévia;
- d) Levar as solicitações de hemoderivados e de amostras de sangue para testes pré-transfusionais, bem como retornar com as bolsas específicas solicitadas;

Ou seja, nenhum dos serviços declarados, seja do Contrato n. 014/2017, seja do contrato n. 030/2014, a que se refere o atestado é compatível com atendimento Pré-hospitalar de urgência com suporte à vida, tanto móvel (SAMU), como fixo (Pronto Atendimento em Pronto Socorro), não sendo assim, compatível com o objeto licitado.

As unidades onde o serviço está vinculado e foi prestado conforme Contratos n. 030/2014 e 014/2017 são respectivamente o Hospital Estadual de doenças tropicais e o Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Saúde Condomínio Solidarietà, sendo que nenhuma das unidades possui atendimento pré-hospitalar (pronto socorro) para livre demanda sendo todos atendimentos emergenciais eletivos para determinadas enfermidades.

g

Tal situação é comprovada pela análise dos documentos relativos às unidades de saúde onde o serviço é prestado bem como pelos próprios contratos que deram origem ao atestado.

Na justificativa do contrato n. 030/2014 há declaração expressa que a necessidade é de transporte de material (sangue e amostras) e de pacientes entre hospitais:

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: DA JUSTIFICATIVA.

Solucionar um problema crônico deste Serviço de Saúde quando há a necessidade de transporte inter hospitalares de pacientes para a realização de exames e outros procedimentos não realizados na Unidade e de transporte de amostras de sangue e de hemoderivados prescritos aos pacientes em tratamento. E considerando ser esta uma instituição com gestão terceirizada e, portanto gerida por Organização Social desde Junho/2012 e de acordo com as normativas do SAMU, o mesmo só presta este tipo de serviço às unidades que estão sob gestão direta da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás.

Assim a não contratação da empresa terceirizada pode acarretar em prejuízo aos pacientes por não realização de exames extra-hospitalares, perda de continuidade do seu tratamento clínico em outra unidade por falta de transporte e risco de morte devido a não oferta de hemoderivados em tempo hábil.

Os próprios contratos não exigem qualificação técnica dos profissionais com certificado e experiência *suporte avançado de Vida ao Trauma - ATLS, Suporte Avançado ao Trauma no Atendimento Pré-Hospitalar - PHTLS, Suporte Avançado de Vida em Cardiologia Clínica - ACLS. Suporte Avançado de vida em Saúde, supervisionando inclusive*, conforme exigências da Lei do Estado do Mato Grosso nº 8.188/2004, artigo 3ª, inciso I, alínea "d".

Assim, não se pode caracterizar os serviços de transporte de paciente com serviços de atendimento de urgência e emergência nos termos da legislação vigente.

Observe-se conforme consulta realizada na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás que as unidades de saúde onde o serviços objeto dos contratos 030/2014 e 014/2017, são executados, são unidades de atendimento **ELETIVO**, não possuindo, portanto, atendimento de “pronto socorro” para livre demanda, conforme exigência para caracterização dos serviços de pronto atendimento pré-hospitalar.

O Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr Amadeu Aua¹ é unidade referência no atendimento **eletivo** e de emergência de média e alta complexidade em Infectologia e Dermatologia Sanitária, para doenças infecciosas e dermatológicas como HIV/Aids, tuberculose, meningite, hepatite, tétano, acidentes ofídicos, entre outros.

Tal informação é corroborada pela consulta do Contrato de Gestão formalizado entre o Governo do Estado de Goiás e o Instituto Socrates Guanaes – SG (anexo), para gestão daquela unidade de Saúde, onde estabelece:

3. DESCRIÇÃO DA UNIDADE

Hospital de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, sendo referência para doenças infecto -contagiosas e dermatológicas como: Tuberculose, Meningite, Hepatite, AIDS, Tétano, referenciado pelos Complexos Reguladores Estadual/Municipal, com funcionamento 24 horas, ininterruptamente. Possui arquitetura horizontalizada, com a seguinte capacidade instalada:

3.1. EMERGÊNCIA

Possui 3 consultórios para atendimento adulto e pediátrico em Infectologia e Dermatologia Sanitária, devidamente referenciados pelos Complexos Reguladores Estadual/Municipal. Realiza atendimento aos pacientes provenientes do Interior e de hospitais de Goiânia, que estão com suspeita

¹ www.saude.go.gov.br/?unidades=hdt-hospital-de-doencas-tropicais

de doenças infectocontagiosas e dermatológicas.

Ou seja, o Hospital é eletivo e referenciado, atendendo apenas algumas demandas de pacientes específicos e não atendendo em “pronto atendimento” livre demanda, tão pouco atendendo traumas, que são os maiores índices de atuação do SAMU. Os serviços não são compatíveis com os exigíveis para atuação no SAMU, como atendimento pré-hospitalar.

Da mesma forma o Centro Estadual de Atenção prolongada e casa de Saúde Condomínio solidariedade², unidade de saúde onde também são executados os serviços indicados no objeto, não possui unidade de pronto atendimento (serviço pré-hospitalar), de livre demanda.

O Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL) foi inaugurado em 1995 como um centro de convivência criado pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e constituiu-se como uma Instituição de Casa de Apoio ao portador de infecção pelo HIV/AIDS.

Hoje, encontra-se integrado ao Hospital Estadual de Doenças Tropicais (HDT), tendo seu perfil de atuação amplificado para outras doenças infectocontagiosas e dermatológicas, a nível ambulatorial e de internação hospitalar. Dessa forma, atualmente, a unidade conta com:

Núcleo Ambulatorial para atendimento de pacientes com doenças infectocontagiosas e dermatológicas, nas seguintes especialidades: Odontologia, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia e Serviço Social;

Núcleo Hospitalar para internações de pacientes com doenças infectocontagiosas e dermatológicas, com atendimento biopsicossocial a partir de uma equipe interdisciplinar;

Casa de Apoio para hospedagem temporária de pacientes portadores do vírus HIV/AIDS residentes nos municípios do interior do Estado, durante procedimentos assistenciais em saúde a serem realizados em Goiânia.

Resta comprovado, portanto, que a urgência e emergência, declarada no Atestado, com atendimento pré-hospitalar apresentado pela Empresa VIDA GOIAS UTI MOVEI, no atestado emitido pelo Instituto Sócrates

² www.saude.go.gov.br/?unidades=condominio-solidariedade

Guanaes, não é igual ou similar aos serviços do SAMU 192, exigíveis para o Pregão n. 024/2019, seja porque trata-se de transporte entre hospitais e não atendimento pré-hospitalar de demanda espontânea, seja pela inexistência de atendimento pré-hospitalar de livre demanda (pronto socorro) nas unidades atendidas. Não há comprovação sequer de atendimento a traumas, e politraumas, acidentes domésticos ou urbanos que são os maiores índices de demanda do SAMU 192.

DA DIFERENÇA ENTRE SERVIÇO DE URGÊNCIA HOSPITALAR E SERVIÇO DE PRÉ-ATENDIMENTO HOSPITALAR

Existe entendimento equivocado do conceito de que atendimento pré-hospitalar móvel (samu) e atendimento de urgência e urgência hospitalar, ou transporte de pacientes entre unidades de saúde, são análogos e, portanto, o atestado de capacidade técnica de um dos serviços serviria para atestar a capacidade técnica do outro, e vice-versa, o que de fato não ocorre, seja pela natureza dos serviços, seja pela exigência regulatória de qualificação para os profissionais de cada função.

A Portaria n. 2048/2002, do Ministério da Saúde, aprovou os sistemas técnicos de Urgência e emergência, classificando os serviços em "Regulação Médica de Urgência e Emergência, Atendimento Pré-hospitalar, atendimento pré hospitalar móvel, atendimento hospitalar e transporte inter-hospitalar, conforme dispõe o § 1º do Artigo Art. 1º :

Portaria n. 2048/2002-MS

Art. 1º - Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.

*§ 1º - O Regulamento ora aprovado estabelece os princípios e diretrizes dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, as normas e critérios de funcionamento, **classificação e***

cadastramento de serviços e envolve temas como a elaboração dos Planos Estaduais de Atendimento às Urgências e Emergências, Regulação Médica das Urgências e Emergências, atendimento pré-hospitalar, atendimento pré-hospitalar móvel, atendimento hospitalar, transporte inter-hospitalar e ainda a criação de Núcleos de Educação em Urgências e proposição de grades curriculares para capacitação de recursos humanos da área;

§ 2º - Este Regulamento é de caráter nacional devendo ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implantação dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, na avaliação, habilitação e cadastramento de serviços em todas as modalidades assistenciais, sendo extensivo ao setor privado que atue na área de urgência e emergência, com ou sem vínculo com a prestação de serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde.

DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA HOSPITALAR

Já o anexo Técnico da Portaria n. 2048, descreve a natureza dos serviços, nos capítulos III, IV, V e VII.

O atendimento de urgência e emergência Hospitalar é descrito no capítulo V, como:

CAPÍTULO V

ATENDIMENTO HOSPITALAR

UNIDADES HOSPITALARES DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

O presente Regulamento Técnico está definindo uma nova nomenclatura e classificação para a área de assistência hospitalar de urgência e emergência. Refletindo sobre a regionalização proposta pela NOAS e sobre a estrutura dos pronto socorros existentes no país, adota-se a seguinte classificação/estruturação, partindo da premissa que nenhum pronto socorro hospitalar poderá apresentar infra estrutura inferior à de uma unidade não hospitalar de atendimento às urgências e emergências, conforme descrito no Capítulo III - item 2 deste Regulamento.

A normatização dos serviços médicos de urgência e emergência hospitalares ocorre por meio da Resolução n. 2077/2014 do Conselho Federal de Medicina. O § 1º do Art. 1º desta Resolução estabelece que: "*Entende-se por serviços Hospitalares de Urgência e Emergência os denominados Pronto - Socorros hospitalares, pronto-atendimentos hospitalares, emergências hospitalares, emergências de especialidades ou quaisquer outras denominações excetuando-se os Serviços de Atenção às Urgências não Hospitalares, como as UPAS e congêneres*".

Quanto a qualificação dos profissionais médicos para o exercício das atividades de Urgência e Emergência Hospitalar, estabelece o artigo 7º, da Resolução n. 2077/2014, a exigência de atendimento ao **Capítulo VII, item 2, alínea B-3**, da Portaria n.2048/2002.

SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PRÉ - HOSPITALAR

Já os serviços de natureza pré-hospitalar são classificados nos Capítulos III, e IV, da Portaria nº 2048.

O atendimento pré-hospitalar fixo, tem sua descrição prevista no Capítulo III da Portaria 2048/2018.

CAPÍTULO III

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR FIXO

O Atendimento Pré-Hospitalar Fixo é aquela assistência prestada, num primeiro nível de atenção, aos pacientes portadores de quadros agudos, de natureza clínica, traumática ou ainda psiquiátrica, que possa levar a sofrimento, seqüelas ou mesmo à morte, provendo um atendimento e/ou transporte adequado a um serviço de saúde hierarquizado, regulado e integrante do Sistema Estadual de Urgência e Emergência. Este atendimento é prestado por um conjunto de unidades básicas de saúde, unidades do Programa de Saúde da Família (PSF), Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), ambulatórios especializados,

serviços de diagnóstico e terapia, unidades não-hospitalares de atendimento às urgências e emergências e pelos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel (que serão abordados no Capítulo IV).

2.1 - Atribuições

Estas Unidades, integrantes do Sistema Estadual de Urgências e Emergências e de sua respectiva rede assistencial, devem estar aptas a prestar atendimento resolutivo aos pacientes acometidos por quadros agudos ou crônicos agudizados.

Os serviços de atendimento de natureza pré-hospitalar fixo, são realizados via de regra através das Unidades de Pré- Atendimento (UPAS), Pronto Socorros (livre demanda) e a normatização dos serviços médicos de atendimento pré hospitalar ocorre por meio da Resolução n. 2079/2014 do Conselho Federal de Medicina. Quanto a qualificação dos profissionais médicos para o exercício das atividades de Atendimento Pré-Hospitalar, estabelece o artigo 7º, da Resolução n. 2077/2014, a exigência de atendimento ao **Capítulo VII, item 2, alínea B-3**, da Portaria n.2048/2002.

DO ATENDIMENTO PRÉ - HOSPITALAR MÓVEL

O atendimento pré-hospitalar fixo, tem sua descrição prevista no Capítulo IV da Portaria 2048/2018.

CAPÍTULO IV ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL

Considera-se como nível pré-hospitalar móvel na área de urgência, o atendimento que procura chegar precocemente à vítima, após ter ocorrido um agravo à sua saúde (de natureza clínica, cirúrgica, traumática, inclusive as psiquiátricas), que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, sendo necessário, portanto, prestar-lhe atendimento e/ou transporte adequado a um serviço de saúde devidamente hierarquizado e integrado ao Sistema Único de Saúde. Podemos chamá-lo de

atendimento pré-hospitalar móvel primário quando o pedido de socorro for oriundo de um cidadão ou de atendimento pré-hospitalar móvel secundário quando a solicitação partir de um serviço de saúde, no qual o paciente já tenha recebido o primeiro atendimento necessário à estabilização do quadro de urgência apresentado, mas necessite ser conduzido a outro serviço de maior complexidade para a continuidade do tratamento.

1 - Equipe Profissional

Os serviços de atendimento pré-hospitalar móvel devem contar com equipe de profissionais oriundos da área da saúde e não oriundos da área da saúde. Considerando-se que as urgências não se constituem em especialidade médica ou de enfermagem e que nos cursos de graduação a atenção dada à área ainda é bastante insuficiente, entende-se que os profissionais que venham a atuar nos Serviços de Atendimento Pré-hospitalar Móvel (oriundos e não oriundos da área de saúde) devam ser habilitados pelos Núcleos de Educação em Urgências, cuja criação é indicada pelo presente Regulamento e cumpram o conteúdo curricular mínimo nele proposto - Capítulo VII.

1.1.1 - Perfil dos Profissionais Oriundos da Área da Saúde e respectivas

Competências/Atribuições:

1.1.1.1 - Médico: Profissional de nível superior titular de Diploma de Médico, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição, habilitado ao exercício da medicina pré-hospitalar, atuando nas áreas de regulação médica, suporte avançado de vida, em todos os cenários de atuação do pré-hospitalar e nas ambulâncias, assim como na gerência do sistema, habilitado conforme os termos deste Regulamento.

Requisitos Gerais: equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; capacidade física e mental para a atividade; iniciativa e facilidade de comunicação; destreza manual e física para trabalhar em unidades móveis; capacidade de trabalhar em equipe; disponibilidade para a capacitação discriminada no Capítulo VII, bem como para a re-certificação periódica.

Os serviços de atendimento de natureza pré-hospitalar móvel, são realizados via de regra através do SAMU (serviço 192), e a normatização dos

serviços médicos de atendimento pré hospitalar móvel ocorre por meio da Resolução n. 2110/2014 do Conselho Federal de Medicina.

A própria Resolução n. 2110/2014, do CFM, estabelece as obrigações para a caracterização do serviço móvel de urgência e emergência:

Resolução 2110/2014:

Art. 4º - Todo o serviço de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e emergência deverá ter comissão de ética, comissão de óbito, comissão de prontuários ou quaisquer outras que sejam obrigatórias pela legislação.

Art. 5º - O serviço pré-hospitalar móvel de urgência e emergência deve, obrigatoriamente, priorizar os atendimentos primários em domicílio, ambiente público ou via pública, por ordem de complexidade, e não a transferência de pacientes na rede.

Parágrafo único.

Não é atribuição do serviço hospitalar móvel de urgência e emergência o transporte de pacientes de baixa e média complexidade na rede, assim como o transporte de pacientes para realizarem exames complementares, devendo ser acionado apenas para o transporte de pacientes de alta complexidade na rede.

Art. 6º - Os serviços pré-hospitalares móveis privados de urgência e emergência deverão ter central de regulação médica própria, com médicos reguladores e intervencionistas, e estará subordinada à Central de Regulação de Urgência e Emergência do Sistema Único de Saúde (SUS), sempre que necessitar encaminhar pacientes para o SUS, a qual definirá os fluxos de encaminhamentos para os serviços públicos.

Conforme se verifica os atestados apresentados não se adequam as exigências da Resolução n. 2110/2014 do CFM, eis que não contemplam a livre demanda com atendimento em domicílio, via pública, ou ambiente público bem como não demandam de uma orientação por central de regulação. Não consta nos contratos apresentados experiência em central de regulação.

A

O parágrafo único do artigo 5ª da Resolução 2110/2014 é taxativo ao estabelecer que não é atribuição do serviço hospitalar móvel de urgência e emergência o transporte de pacientes de baixa e média complexidade na rede, assim como o transporte de pacientes para realizarem exames complementares. Considerando que os contratos apresentados tratam exclusivamente dos serviços de transporte de pacientes na rede, transporte de pacientes para realização de exames não se caracterizam como serviço hospitalar móvel de urgência e emergência.

Quanto à qualificação dos profissionais médicos para o exercício das atividades de Atendimento Pré-Hospitalar móvel, a Portaria 2048/2002, estabelece a exigência de capacitação discriminada no Capítulo VII, item 2.1.

A Lei Estadual n. 8.188/2004, que cria o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, estabelece em seu Art. 3º, inciso I, alínea "d", as atribuições do Médico Supervisor do Serviço de Atendimento móvel de Urgência - SAMU:

"d) os protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar - APH, estabelecidos no conteúdo programático de suporte avançado de Vida ao Trauma - ATLS, Suporte Avançado ao Trauma no Atendimento Pré-Hospitalar - PHTLS, Suporte Avançado de Vida em Cardiologia Clínica - ACLS. Suporte Avançado de vida em Saúde, supervisionando inclusive, as equipes de Atendimento Pré-Hospitalar durante o atendimento nas ambulâncias ou em outro veículo que dispuser, em caráter inopinado ou regular.

O § 2º do Art. 4º da Lei 8.188/2004, traz a exigência para exercício da função de médico regulador a capacitação específica com os cursos de Suporte avançado de vida do trauma - ATLS, Suporte Avançado de Vida em

cardiologia clínica - ACLS, Suporte avançado de Vida em Pediatria - PALS, e suporte avançado ao trauma no atendimento pré-hospitalar.

Observa-se dos regulamentos próprios dos serviços de urgência e emergência, que o atendimento pré-hospitalar móvel (SAMU), traz exigências específicas para a habilitação dos profissionais a desenvolverem o serviço, haja vista a especificidade do serviço executado, onde a capacitação do profissional em proporcionar um atendimento pré-hospitalar com rapidez, pode significar a diferença entre a vida e a morte das pessoas.

O atestado apresentado, bem como os contratos que deram origem ao atestado não contemplam as exigências da legislação acima apresentadas para caracterização de serviço igual ou similar aos serviços objeto da Licitação, não sendo aptos, portanto, à habilitação do licitante.

O Edital do Pregão Eletrônico n. 024/2019, estabeleceu a exigência relativa à qualificação técnica no item 10.1.4.1, a apresentação de "Atestado de capacidade técnica pertinente e compatível com o objeto da licitação".

E na alínea "a.1" estabeleceu a exigência de que o atestado deve comprovar:

a.1) Contemplar serviços médicos para atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência.

Estabelecendo expressamente o objeto da licitação como a contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos para atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência para atender a demanda do SAMU 192, o atestado exigível deve ter a descrição de serviços compatíveis, assim reconhecidos os atendimentos "pré-hospitalares" com as características

descritas nos capítulos IV, e VII, item 2.1 da Portaria n. 2048/2002, do Artigo 3º, da Lei Estadual nº 8.188/2004 e da Resolução n. 2110/2014 do Conselho Federal de Medicina.

Tal observação e distinção são imprescindível para análise do atendimento da exigência de qualificação técnica pelo Atestado apresentado pela empresa VIDA GOIAS UTI MOVEL LTDA., vez que as informações equivocadas apresentadas podem influenciar a análise do contexto real fático, e levaram a uma interpretação equivocada do Exma. Pregoeira.

O Atestado apresentado pela licitante, **não é compatível com os serviços descritos no objeto da licitação**, pois não atestam serviços de Pré-Atendimento hospitalar, pois sequer as unidades Hospitalares onde são prestados os serviços atestados possui esses serviços em seu cadastro de atendimento. Os serviços descritos no Atestado apresentado, atestam a execução de "transporte de pacientes" entre unidades hospitalares, não caracterizando serviços "pre-hospitalares" e não atendendo às determinações de serviços as características descritas nos capítulos III, IV, e VII, e item 2.1 da Portaria n. 2048/2002, do Artigo 3º da Lei Estadual nº 8.188/2004 ou o artigo 3º, 4º e parágrafo único do artigo 5º da Resoluções do CFM n. 2110/2014.

O atendimento pré-hospitalar exige a capacitação e habilitação técnica dos profissionais e portanto, sua consequente expediência técnica comprovada (anterior) dos protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar - APH, estabelecidos no conteúdo programático de suporte avançado de Vida ao Trauma - ATLS, Suporte Avançado ao Trauma no Atendimento Pré-Hospitalar - PHTLS, Suporte Avançado de Vida em Cardiologia Clínica - ACLS. Suporte Avançado de vida em Saúde, supervisionando inclusive, as equipes de Atendimento Pré-Hospitalar durante o atendimento nas ambulâncias , ou em outro

veículo que dispuser, em caráter inopinado ou regular, atendimento domiciliares ou em vias públicas.

c) Incompatibilidade de quantitativos

O atestado apresentado pela licitante do INSTITUTO Socrates Guanaes – ISG, declara o presente quantitativo:

Contrato Nº	Data Contratação	Vigência	Qtde Meses do Contrato
030/2014 - HDT	17/09/2014	Finalizado	60
028/2019 - HDT	28/06/2019	Vigente	04
014/2017 – CS	07/02/2017	Vigente	32

ATIVIDADE EXERCIDA:

Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Urgência e Emergência em " 03 (três) unidades USA – Tipo D – Suporte Avançado " com disponibilidade de 03 (três) profissionais médicos em regime de plantão de 12 / horas diurno e 03 (três) profissionais médicos em regime de plantão de 12 / horas noturno, 365 dias por ano inclusive domingos e feriados, o que equivale a 180 plantões/mês, Totalizando 2.160 plantões/ano.

Local da Prestação dos Serviços:

HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS DR. ANAUR AUAD – HDT (Goiânia/GO)

CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLOGANDA E CASA DE SAÚDE CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE – CEAP-SOL (Goiânia/GO)

Ocorre que os contratos apresentados, não contemplam quantas unidades de Suporte Avançado são utilizadas para sua execução, tão pouco qual o quantitativo de plantões realizados em cada unidade.

Há que considerar que os próprios contratos apresentados indicam além da utilização de Unidades de Suporte Avançado, unidades de transporte de material de exame, que não podem ser consideradas para os quantitativos objeto do certame.

Em consulta ao portal de transparência da Emitente do Atestado, em ambas as filiais, Hospital Estadual de doenças tropicais, e Centro Estadual Condomínio Solidariedade observa-se que existem apenas dois contratos celebrados com a Empresa VIDA GOIAS UTI MOVEI, o contrato nº 030/2014 e o Contrato n. 014/2017, os quais foram apresentados nos documentos acostados às diligências realizadas no certame.

Porém, o citado contrato n. 028/2019, não foi localizado, tão pouco apresentado, assim, não se pode ser considerado qualquer quantitativo a ele eventualmente apresentado, eis que não comprovado, sequer por diligência.

Assim, temos o contrato n. 030/2014 e o Contrato n. 014/2017, não contemplam o total de plantões neles executados, e tão pouco há comprovação de que são utilizadas 3 unidades de suporte avançado dia.

Há que se salientar que a própria Administração em diligência não obteve respostas da emitente quanto ao quantitativo de plantões indicado no atestado, o que por si, já dá indícios de que há inconsistência.

Não podem ser considerados os quantitativos não comprovados.

Assim, desde logo requer seja promovida nova diligência, diretamente ao Diretor Geral ou Direto Técnico das duas filiais da Organização Social emitente, para que esclareçam as divergências de quantitativos apontadas no atestado e nos contratos, de forma a evitar prejuízo e responsabilidade ao Estado e aos gestores, por omissão em diligência necessária.

Requer ainda, da mesma forma diligência no sentido de que a Empresa licitante apresente as notas fiscais de serviços realizados nos contratos citados dentro do período apresentado no atestado para comprovar o quantitativo de plantões executados, e a compatibilidade dos mesmos às exigências do Edital.

DO ATESTADO EMITIDO PELO INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO

A licitante apresentou atestado emitido pelo Instituto de Gestão e Humanização, referente a atendimento junto ao Hospital Materno infantil de Goiania.

Muito embora o Hospital Materno infantil de Goiania execute atendimento pré-hospitalar de urgência em livre demanda, não foi apresentado o Contrato de vinculação entre o Instituto de gestão e Humanização e a Empresa licitante comprovando o atendimento em consultas de urgência e emergência no hospital, não podendo assim ser considerado.

O contrato de transporte de pacientes entre hospitais e para realização de exames conforme já aduzido nos tópicos anteriores da mesma forma não pode ser aceito para a finalidade da licitação eis que não contempla as exigências estabelecidas nas normativas.

O atestado, declara a execução de "transporte de pacientes" entre unidades hospitalares, não caracterizando serviços "pre-hospitalares" e não atendendo às determinações de serviços as características descritas nos capítulos III, IV, e VII, e item 2.1 da Portaria n. 2048/2002, do Artigo 3º da Lei Estadual nº 8.188/2004 ou o artigo 3º, 4º e parágrafo único do artigo 5º da Resoluções do CFM n. 2110/2014, não podendo assim ser considerado para fins da licitação.

A licitante não trouxe a cópia do Contrato 154/2016 que deu origem ao atestado, não comprovando assim que o objeto do contrato é o mesmo declarado no atestado, tão pouco comprovando os quantitativos executados em plantões necessários à comprovação da experiência.

Neste sentido, é imprescindível que a Administração promova as diligências necessárias à comprovação da compatibilidade do objeto do atestado, e do quantitativo indicado, frente ao contrato executado que lhe deu origem e às exigências do Edital.

Requer desde logo a intimação da licitante para que apresente o contrato que deu origem ao atestado.

A Lei 8666/1993 é taxativa ao estabelecer em seu artigo 41 a obrigação da Administração da vinculação aos termos do Edital que emitiu.

“Art. 41 A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Havendo a exigência no edital de que 10.1.4.1:

a.2) *Compatível em quantidades e prazos, os atestados que comprovem a experiência satisfatória na soma de todos os plantões de serviços médicos, atendendo a um dos seguintes quantitativos (condições alternativas e não cumulativas):*

Havendo ausência de prova inequívoca da experiência satisfatória na soma dos plantões dos contratos n. 014/2017 e 030/2014, não há o cumprimento da exigência editalícia restando caracterizada a infração ao artigo 41 da Lei de Licitações de aos princípios da legalidade e da isonomia.

Segundo os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, *"Não se pode exigir ou deixar de exigir, ou permitir, além ou aquém do que for fixado no edital."*

Do magistério de HELY LOPES MEIRELLES (*Licitação e Contrato Administrativo*, 11ª ed., atualizada por Eurico Andrade Azevedo et alii, São Paulo, Malheiros, 1996, p. 179), extrai-se ainda que "Nem seria compreensível", assegura "que a Administração formulasse seu desejo no edital e contratasse em condições diversas do pedido na licitação.

Tal conclusão se infere dos ensinamentos do saudoso Hely Lopes Meirelles:

"Do exame da documentação relativa à capacidade jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica e idoneidade financeira resultará a habilitação ou inabilitação do licitante, ou seja, a sua qualificação ou desqualificação para licitar. Se habilitado, prosseguirá na licitação; se inabilitado, será excluído do certame, recebendo de volta os documentos e a proposta intacta, sem apreciação de seu conteúdo (Estatuto, art. 35, II)".

Assim, pelo exposto, como se observa os documentos apresentados pela empresa licitante, encontram-se em desconformidade com o Edital, devendo assim, serem desclassificadas conforme preceito estabelecido no Edital, com fulcro no Artigo 41 da Lei 8666/93, e pelo princípio da isonomia e da legalidade.

É dever da Administração, diligenciar e promover todos os atos fiscalizatórios, conduzindo-os à formulação de diligências técnicas, destinadas a apurar a viabilidade da execução, e, à evidência da falta de comprovação da experiência técnica exigida, **promover a devida desclassificação da proposta**, eis que, o objetivo final do processo licitatório é a obtenção do melhor preço possível para a execução do contrato à contento, com instituição com capacidade técnica operacional compatível à execução do serviço.

DO PEDIDO

Diante do exposto, para a correta tutela do princípio da vinculação ao Edital e ao princípio da isonomia, e ao princípio da legalidade e da eficiência do procedimento, com fulcro nos artigos 109, "a" e artigo 48, inciso II, ambos da Lei 8.666/1993, requer:

a) seja recebido e processado o presente RECURSO, e ao final seja acatado em todos os seus termos para o fim de reformar a decisão da Srta. Pregoeira, e;

b) seja declarada a INABILITAÇÃO da licitante empresa **VIDA GOIAS UTI MOVEL LTDA.,** no LOTES 01 (ÚNICO) do Pregão 024/2019, por desatendimento ao item 10.1.4.1 do Edital, por apresentação de atestado de capacidade técnica em desacordo com todos os itens obrigatórios, ou,

c) sendo outro o entendimento, *seja aberto procedimento de diligências externas para esclarecimento dos fatos apresentados no presente recurso, em respeito aos princípios norteadores dos atos administrativos em especial o princípio da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento de convocação, ao princípio da eficiência e à tutela do interesse público,*

Vale dizer que caso essa Administração não aceite o pedido em questão, requer-se que a mesma seja clara quanto à regularidade da decisão tomada e seus fundamentos, apresentando-lhes as devidas motivações, para que seja o mesmo, objeto de discussão em processo judicial, e de fiscalização pelos órgãos de fiscalização externo, e Tribunal de Contas do Estado, em virtude de eventual conivência com a infração aos princípios norteadores da Administração Pública e ao princípio da isonomia e da imparcialidade.

De Curitiba para Cuiabá, 18 de novembro de 2019.



SANDRO CRISTIANO KOWALSKI
PRO ATIVO GESTÃO DA SAÚDE E CLINICA MÉDICA LTDA.